



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 10 de Março de 2009 (16.03)
(OR. en)**

**6356/2/09
REV 2**

COPEN 31

NOTA DE ENVIO REVISTA

de:	Tibor Kiss, Representante Permanente, Representação Permanente da Hungria junto da União Europeia
para:	Ivan Bizjak, Director-Geral da DGH (Justiça e Assuntos Internos), Secretariado-Geral do Conselho
Assunto:	Decisão-Quadro 2005/214/JAI, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias – Carta de notificação

Junto se envia, à atenção das delegações, uma carta de notificação da Hungria.

REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DA REPÚBLICA DA HUNGRIA JUNTO DA UNIÃO EUROPEIA

1122/HÁK/EU/Adm./2007

Ivan BIZJAK

Director-Geral

da Direcção Geral "Justiça e Assuntos Internos"

Secretariado-Geral

do Conselho da União Europeia

1049 Bruxelas

Exmo. Senhor,

Apraz-nos informar que com as leis abaixo enumeradas – e anexas à presente nota – se conclui a transposição da Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias:

- Lei XXXVI de 2007, sobre o auxílio judiciário em caso de infracções menores;
- Lei XXXVIII de 1996, sobre o auxílio judiciário internacional em matéria penal;
- Lei XIII de 2007, que altera a Lei XXXVIII de 1996, sobre o auxílio judiciário internacional em matéria penal, e a Lei CXXX de 2003, sobre a cooperação com os Estados-Membros da União Europeia em matéria penal;
- Lei CXXX de 2003, sobre a cooperação com os Estados-Membros da União Europeia em matéria penal.

Mais informamos que a República da Hungria deseja fazer as seguintes declarações a respeito dos artigos 2.º e 16.º da decisão-quadro:

"Artigo 2.º

- nos casos em que é a República da Hungria o *Estado de emissão*, as instâncias competentes nas matérias reguladas pela decisão-quadro são os seus tribunais;

- em aplicação da alínea a) iii) do artigo 1.º da decisão-quadro, são competentes nas matérias por ela reguladas os tribunais, os Chefes de Administração ("**jegyző**") a nível de freguesia, município, concelho e distrito, as esquadras de polícia, a Inspeção das Minas, os serviços de emprego e a autoridade responsável pela protecção dos trabalhadores, o organismo responsável pela preservação dos espaços naturais protegidos e os organismos pertencentes à administração da saúde da República da Hungria, cabendo ao **Comissariado-Geral da Polícia Nacional** o papel de autoridade central;
- nos casos em que a República da Hungria é o *Estado de execução*, as instâncias competentes nas matérias reguladas pela decisão-quadro são os seus tribunais;
- em aplicação da alínea a) iii) do artigo 1.º da decisão-quadro, o **Comissariado-Geral da Polícia Nacional** é a autoridade competente nas matérias reguladas pela decisão-quadro.

Artigo 16.º

- o artigo 1.º da Lei CXXX 67/L de 2003 estabelece expressamente que os pedidos devem ser recebidos em húngaro;
- nos termos da Lei XXXVI de 2007, sobre o auxílio judiciário em caso de infracções menores, podem ser aceites pedidos em húngaro."

(Fórmula de cortesia)

Tibor Kiss
Embaixador